



Educação financeira e acesso ao crédito na agricultura familiar: reflexões sobre o PRONAF e as barreiras institucionais

Iraci Matos Vasconcellos¹
Éder de Carvalho Januario²
Victoria de Jesus Lopes¹
Nilo de Medeiros Gomes Junior¹
Priscilla Rodrigues Ruella¹

Resumo: Dadas as incertezas típicas do setor, o crédito para a agricultura é mais caro quando comparado com os outros setores da economia, o que justifica a existência de políticas públicas com crédito subsidiado, como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Esta pesquisa originou-se de um Projeto de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), cuja finalidade foi oferecer um curso de educação financeira para um grupo de agricultores familiares. A pesquisa foi feita em duas etapas. Na primeira, foi utilizada a metodologia quantitativa para avaliar a magnitude e a qualidade do conhecimento dos produtores sobre organização financeira e crédito rural. Os resultados serviram de subsídio para a elaboração do curso. Na segunda etapa, realizada após a oferta do curso, foi utilizada a metodologia qualitativa e feitas entrevistas aos produtores que procuraram acessar o PRONAF. O objeto desta etapa, que também é o objetivo principal da pesquisa, foi entender os sucessos e fracassos na obtenção de crédito agrário subsidiado. Como resultados, concluiu-se que o crédito, alinhado à educação financeira, pode impulsionar as atividades agrícolas, mas que ainda existem muitas barreiras que vão além da oferta do crédito.

Palavras-chave: Crédito Rural; Crédito Subsidiado; Agricultura Familiar; PRONAF; Educação Financeira.

Financial Education and Access to Credit in Family Farming: Reflections on PRONAF and Institutional Barriers

Abstract: Given the typical uncertainties of the sector, credit for agriculture is more expensive compared to other sectors of the economy, which justifies the existence of public policies with subsidized credit, such as the National Program for Family Farming (PRONAF). This research originated from an Extension Project at the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), aimed at offering a financial education course to a group of family farmers. The research was conducted in two stages. In the first stage, a quantitative methodology was used to assess the magnitude and quality of the producers' knowledge about financial organization and rural credit. The results served as a basis for developing the course. In the second stage, conducted after the course was offered, a qualitative methodology was used, and interviews were conducted with producers who sought access to PRONAF. The objective of this stage, which is also the main aim of the research, was to understand the successes and failures in obtaining subsidized agricultural credit. The results concluded that credit, aligned with financial education, can boost agricultural activities, but there are still many barriers that go beyond the availability of credit.

Keywords: Rural Credit; Subsidized Credit; Family Farming; PRONAF; Financial Education.

¹Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, Brasil.

²Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo- FEA-USP, Brasil.

*Autora correspondente: iracimatos@gmail.com

Introdução

Presente em todas as regiões do país, a agricultura familiar é o vetor de desenvolvimento econômico e social de muitos municípios (BUTTENBERDER *et al.*, 2022). A participação da agricultura familiar na produção de alguns alimentos é extremamente relevante: segundo o Censo Agropecuário de 2017 os agricultores familiares foram responsáveis pela produção de mais 70,0% de pimentão, 69,6% de mandioca, 64,4% de alface e 48,5% da banana, dentre outros (IBGE, 2017). Não obstante, a importância da agricultura familiar vai além do cenário econômico e produtivo. Ela é fundamental para o abastecimento alimentar e contribui para geração de renda, controle da inflação e melhoria no nível de sustentabilidade das atividades agrícolas (SANTOS, 2020) justificando assim, a necessidade de políticas públicas para este grupo, o que inclui uma política de crédito agrícola subsidiada.

Belik (2015) constatou que as políticas de crédito no Brasil existem há quase um século com a criação da Carteira de Crédito Rural e Agroindustrial (CREAI) pelo Banco do Brasil em 1937. Desde então o crédito rural oficial passou por uma série de transformações e em 1996 o governo federal criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um instrumento de política pública com a finalidade de fomentar e desenvolver a agricultura familiar.

Uma das principais características do PRONAF é a taxa de juros subsidiada, que possibilita aos pequenos agricultores rurais o acesso ao crédito necessário para realizar investimentos produtivos (Araújo; Vieira Filho, 2018). Apesar de haver espaço para melhorias apontadas pela literatura, o programa é amplamente reconhecido como um importante incentivo para os produtores rurais, recebendo diversas avaliações positivas (PRETTO; HORN, 2020; BACCARIN; OLIVEIRA, 2020; TENCHINI; FREITAS, 2023; ARAÚJO; VIEIRA FILHO, 2018).

Embora a oferta de crédito subsidiado tenha crescido de forma consistente, o principal desafio não está na disponibilidade de recursos, mas nas barreiras que os agricultores familiares enfrentam. Entre elas destacam-se a falta de informação, os custos associados à contratação do crédito, a burocracia e as exigências de garantias, que frequentemente não condizem com a realidade de muitos agricultores. Essas dificuldades acabam por limitar ou até inviabilizar o acesso ao crédito, evidenciando os desafios que o PRONAF ainda precisa superar.

Este trabalho é derivado do Projeto de Extensão “Educação Financeira para Produtoras e Produtores Rurais da Feira da Agricultura Familiar (FAF) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)”. Trata-se de um grupo de produtores orgânicos que ofertam semanalmente seus produtos no interior no edifício principal da Universidade, no município de Seropédica. O curso foi ofertado em 2023 para capacitar o grupo de produtores rurais da FAF sobre os temas organização e educação financeira; e crédito bancário com condições subsidiadas pelo Governo para a agricultura familiar.

A presente pesquisa, realizada em duas etapas — antes e depois da oferta do curso — está organizada em quatro seções. A primeira é esta introdução, seguida pelo referencial teórico e revisão da literatura, que apresentam os elementos conceituais necessários para a compreensão dos objetivos da pesquisa. Na terceira seção descreve-se a metodologia do trabalho. Por fim, na quarta seção, são apresentados os principais resultados, seguidos da conclusão.

A metodologia foi dividida em duas partes: na primeira utilizou-se uma abordagem quantitativa, com entrevistas estruturadas realizadas com todos os participantes da feira. O objetivo foi avaliar a magnitude e a qualidade do conhecimento dos produtores sobre organização financeira e crédito rural, e os resultados obtidos subsidiaram a elaboração do curso. Na segunda parte da metodologia, realizada após a oferta do curso, aplicou-se uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas direcionadas especificamente aos produtores que buscaram crédito no sistema bancário por meio do PRONAF. O objetivo principal dessa etapa — que também é o objetivo central da pesquisa — foi compreender os sucessos e dificuldades na obtenção de crédito agrário subsidiado. Em ambas as partes, a coleta de dados ocorreu no local da feira, onde os agricultores realizam suas atividades.

Os resultados e a discussão do trabalho estão organizados em três partes: os resultados da primeira etapa, a descrição do Projeto de Extensão e os resultados da segunda etapa da pesquisa. Na primeira etapa, os dados revelam que o grupo, embora unido por uma associação, apresenta grande heterogeneidade no que diz respeito à organização e à educação financeira, o que reforça a relevância do curso proposto. Além disso, constatou-se pouco conhecimento e interesse na busca por crédito, aspecto que se conecta diretamente aos resultados obtidos na segunda etapa.

A relevância deste trabalho ultrapassa a contribuição para o grupo específico abordado. Milhares de agricultores familiares necessitam de apoio não apenas para gerenciar suas atividades, mas também para compreender, acessar e utilizar o crédito subsidiado que lhes é destinado. Isso por si só já um primeiro desafio. O segundo, que é outra contribuição importante desta pesquisa é a proposição de melhorias no PRONAF, especialmente no que se refere às garantias, que precisam ser ajustadas para atender de forma mais compatível às reais necessidades dos agricultores familiares.

Referencial Teórico

O setor primário da economia brasileira tem se mostrado bastante dinâmico e em forte expansão e o crédito é um fator decisivo para o desenvolvimento do setor rural, o que inclui a agricultura familiar (BELIK, 2015). Buttenberder, Berkmann e Sparemberger (2022) destacam que o crédito para a agricultura

familiar é essencial por várias razões, como a descapitalização, sazonalidade da produção, longos prazos de maturação do processo produtivo, descasamento temporal entre despesas e receitas e os riscos temporais. Todas essas razões tornam a agricultura familiar altamente dependente de crédito rural, definido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2018) como o suprimento de recursos financeiros, por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares destinados a produtores rurais e suas cooperativas, para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Crédito Rural.

Objetivos	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"> • Estimular os investimentos de produtores rurais e suas cooperativas. • Favorecer o custeio e a comercialização da produção em época oportuna. • Fortalecer o setor rural. • Incentivar a adoção de novas tecnologias no setor rural e o aumento da produtividade. • Viabilizar a aquisição e a regularização de terras pelos pequenos produtores. • Estimular a geração de renda e o melhor uso da mão de obra familiar 	<ul style="list-style-type: none"> • Custeio: destina-se a cobrir os gastos normais dos ciclos produtivos, como aquisição de insumos. • Investimento: destina-se a aplicações em bens ou serviços que serão utilizados por vários ciclos produtivos, como compra de máquinas e equipamentos, construção e reforma de benfeitorias. • Comercialização: destina-se às despesas posteriores à produção, como armazenagem, ou conversão em espécie dos títulos de venda a prazo da produção. • Industrialização: destina-se à industrialização de produtos agropecuários por produtores ou suas cooperativas

Fonte: Os autores, com base em Guia do Crédito Rural, CNA (2018).

Para prever a articulação de diferentes políticas públicas de suporte à agricultura familiar, com destaque para o crédito rural subsidiado, o Decreto nº 1.946 de 28/06/1996 criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF (BRASIL, 1996), e, a partir de 2004, foi ampliado e regulamentado pela Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006).

São muitas as avaliações positivas do crédito para a agricultura familiar no âmbito do PRONAF na literatura relevante. O programa é classificado como

uma bem-sucedida experiência de política pública na alavancagem de recursos creditícios à agricultura familiar brasileira. No entanto, os estudos geralmente vêm acompanhados de aspectos negativos, como, por exemplo: Pretto e Horn (2020) mostraram que, nos anos de 1999, 2008 e 2018, a concessão do crédito foi destinada especialmente a agricultores de maior porte e nas culturas da soja, do café e do milho, o que evidencia uma alocação de recursos majoritariamente na agricultura convencional; Baccarin e Oliveira (2020) demonstraram a má distribuição do crédito pelas cinco regiões do Brasil, no período de 1999 a 2019; Tenchini e Freitas (2023) mostraram que o crédito tem impacto negativo no desenvolvimento regional sustentável, ou seja, quando o crédito é alavancado, as práticas sustentáveis diminuem no estado do Rio de Janeiro; Araújo e Vieira Filho (2018) avaliaram o PRONAF nas 26 Unidades da Federação e no Distrito Federal entre 2007 e 2016, e encontraram como aspecto negativo o fato de o PRONAF não estimular o agricultor a diversificar sua produção, o que compromete a promoção do desenvolvimento e faz com que o programa necessite de reestruturação para cumprir seus objetivos de redução da pobreza e de ampliação da renda do agricultor.

Os valores que o governo destina para o PRONAF são apresentados anualmente pelo Plano Safra, instituído em 2003 para fomentar a produção rural brasileira. Nele, o governo federal destina verbas para investimento ou para os produtos agrícolas, para três diferentes grupos de produtores: PRONAF, o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (PRONAMP) e os demais produtores e cooperativas, que recebem a maior parte dos valores do plano. A Tabela 1 mostra o montante de recursos financeiros dos últimos cinco planos Safra e os montantes que foram destinados ao PRONAF, assim como o peso relativo do valor total. Como se observa, o PRONAF cresceu em participação, chegando a receber quase 20% dos recursos do último Safra de 2023/2024, contra 15% nos dois planos anteriores.

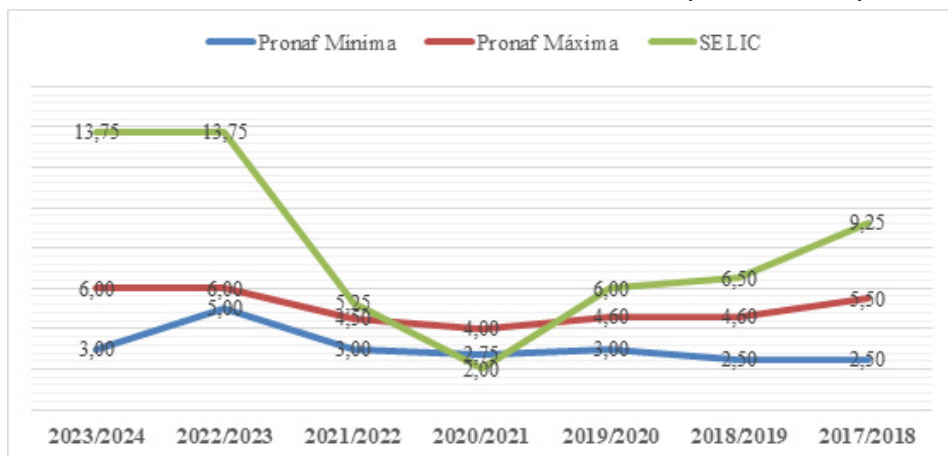
Tabela 1 - Recursos Financeiros do PRONAF (em Bilhões de Reais).

Plano SAFRA	2023/2024	2022/2023	2021/2022	2020/2021	2019/2020
Recursos Total	364,2	340,8	251,2	236,3	222,74
Recursos PRONAF	71,6	53,6	39,3	33,0	31,2
% do PRONAF	19,7%	15,7%	15,6%	14,0%	14,0%

Fonte: Os autores, a partir de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As taxas de juros diferenciadas têm como referência a taxa SELIC, a taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Banco Central do Brasil. Na ocasião do lançamento do Plano Safra 2023/2024, a referida taxa era de 13,75% a.a. O Gráfico 1 confronta as taxas de juros SELIC com as taxas máximas e mínimas do PRONAF dos últimos sete planos Safra. Percebe-se que a distância entre a SELIC e a taxa mínima do PRONAF foi maior no último plano, o de 2023/2024, mostrando que, embora o mercado financeiro esteja praticando a maior taxa da amostra, a política pública de crédito subsidiado foi mantida como uma decisão de incentivo à agricultura familiar, o que é reforçado, inclusive, pela redução da taxa mínima de 5% a.a. no Plano Safra 2022/2023 para 3% a.a. no Safra de 2023/2024. Esta taxa de 3% a.a. foi o grande diferencial deste plano, destinado aos agricultores familiares que optarem pela produção sustentável de alimentos saudáveis, com foco em orgânicos, produtos da sociobiodiversidade, bioeconomia ou agroecologia.

Gráfico 1 - Taxas de Juros Selic e Pronaf (em taxas %).



Fonte: Os autores, com dados do MAP e do Banco Central do Brasil.

Outro aspecto muito importante é entender a composição da taxa de juros do ponto de vista teórico. Um agricultor que deseja um crédito precisa encontrar um poupador disposto a emprestar, ou seja, alguém que postergou o consumo atual pelo consumo futuro. O custo do empréstimo é popularmente conhecido simplesmente como “taxa de juros”. Mais especificamente, o preço pelo serviço do empréstimo é dado pela taxa de juros nominal recebida pelo emprestador, que é a soma entre a taxa de juros real (i), mais inflação do período e mais um prêmio ao risco (*spread*), que depende das características intrínsecas do tomador de crédito. Para Lazzarini e Chaddad (2003), no entanto, além da taxa

de juros, existem outras variáveis chamadas de “fricções”, fazendo com que o valor total que se pague por um empréstimo seja uma nova taxa de juros, a R_t , dada pela Equação (1), que mostra também os custos de informação e os de transação.

$$R_t = R_e + I + T_a + T_p \quad (1)$$

Onde: R_t = taxa de juros nominal cobrada pelo tomador;
 R_e = taxa de juros nominal recebida pelo prestador;
 I = custo de aquisição de informações;
 T_a = custo de transação pré – contratuais;
 T_p = custo de transação pós – contratuais.

O custo de informação¹, acontece especialmente na fase de avaliação de risco de crédito, algo que é agravado no caso de produtores rurais, dado que os intermediários financeiros geralmente estão situados em centros urbanos e desconhecem muitos aspectos do meio rural.

Os custos transação² estão associados ao fazer-se cumprir o contrato, os quais dependem do ambiente institucional. No primeiro caso,, são custos pré-contratuais de se desenhar, negociar, salvaguardar, chegar ao acordo. No segundo caso,, são os custos de controle, monitoramento e má-adaptação. Ambos os custos são do tipo fixo, ou seja, independem do volume de crédito e acabam por penalizar as transações de menor volume, como para a agricultura familiar.

Dados os custos de informação e transação, a informalidade no crédito é comum no setor primário. Segundo Lazzarini e Chaddad (2003), tradicionalmente, existem dois tipos de mercados de crédito na agricultura: o formal e o informal. O primeiro é fornecido por organizações financeiras, públicas ou privadas, com ou sem recursos governamentais. O crédito informal, por sua vez, é oriundo de diversos tipos de agentes privados, como *traders*, prestadores não tradicionais, familiares, conhecidos, entre outros. É comum afirmar que o crédito formal apresenta menores taxas de juros, pois está associado a linhas governamentais subsidiadas ou pelo fato de envolver menos problemas de informação. No entanto, os custos de transação nos mercados informais tendem a ser menores. Os autores diferenciam as características de ambos os tipos de crédito (Quadro 2).

¹Na teoria econômica assume-se que em mercados perfeitamente competitivos não há problemas de informação, isso é, presume-se que tanto os compradores como os vendedores são perfeitamente informados sobre a qualidade dos bens e serviços vendidos no mercado. No entanto, é verdade que em muitos mercados, um dos lados da operação detém mais informação que o outro, o que pode levar a diferenças drásticas no equilíbrio de mercado (VARIAN, 1999).

²A teoria econômica tratava apenas os custos de produção até Ronald Coase, em 1937, reconhecer não apenas o ato de produzir, mas também o ato de comprar e vender também gera custos, isto é, os custos associados às transações econômicas (FIANI, 2002).

Quadro 2 - Crédito na Agricultura Formal Versus Informal.

Crédito Formal	Crédito Informal
<ul style="list-style-type: none"> • Taxas de juros mais baixas, especialmente quando têm subsídio governamental; • Custos de transação pré-contratuais mais elevados associados a salvaguardas contratuais; • Custos de transação pós-contratuais mais baixo devido a redução de problemas de má adaptação contratual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Juros mais altos; • Custos de transação pré-contratuais mais baixos associados a salvaguardas contratuais; • Custos de transação pós-contratuais mais alto devido à elevados problemas de má adaptação contratual, ou inadiplência "irremediável"

Fonte: Elaboração própria a partir de Chaddad e Lazzarini (2003).

Ter crédito disponível no mercado, com taxas diferenciadas, não tem sido suficiente para que os recursos cheguem aos produtores. Compreender a composição da taxa de juros pode explicar a dificuldade que os agricultores enfrentam na obtenção de crédito. Cazella *et al.* (2020) investigaram a subutilização do PRONAF ao calcularem o "não-recurso" utilizando o número total de contratos do PRONAF e o número de estabelecimentos agropecuários enquadráveis. O estudo encontrou 38% de não-recurso, atribuídos a duas razões: o desconhecimento do PRONAF e, principalmente, a não demanda por crédito. Na última, os motivos estão associados aos constrangimentos decorrentes da ausência de garantias, sobretudo o título da terra, e ao conhecimento parcial das normas e regras de acesso ao PRONAF, especialmente por agricultores sem acesso a assistência técnica.

Mendonça *et al.* (2022) levantaram dificuldades no acesso ao crédito para diferentes faixas de renda bruta dos produtores e chegaram às seguintes conclusões: i) o excesso de burocracia como a principal dificuldade apontada pelos produtores em todas as faixas de renda bruta, sendo ligeiramente mais citado pelas faixas de renda mais baixas; ii) as garantias exigidas; e iii) a falta de informação, uma dificuldade importante especialmente na faixa de renda mais baixa. A burocracia, a maior dificuldade apontada pelos produtores, está associada ao fato de o crédito estar condicionado à alienação da terra de propriedade dos produtores como garantia da operação para a liberação do empréstimo, além da exigência de assistência técnica na elaboração do projeto técnico/orçamento. Em muitos bancos e cooperativas, faltam esses profissionais, como o engenheiro agrônomo, responsável pela elaboração e

acompanhamento do empreendimento, o que faz com que as dificuldades na solicitação do crédito já se manifestem logo no início da formulação da proposta.

Buttenberder, Berkmann e Sparemerger (2022) afirmam que os produtores da agricultura familiar do município de São Martinho/RS são ignorados ou marginalizados pelos bancos operadores do crédito rural, inclusive os estatais, que priorizam a população urbana ou dão preferência aos médios e grandes produtores rurais, capazes de movimentar quantias superiores, oferecer garantias reais para as operações e adquirir outros produtos ofertados pelos bancos. Os autores mensuraram a participação da cooperativa de crédito na região entre 2015 e 2019 e destacaram que a estratégia do cooperativismo, com as cooperativas de interação solidária, é um mecanismo efetivo de acesso dos agricultores da agricultura familiar, já que elas favorecem a interação, a gestão e a agilidade na aplicação dos recursos.

Para Vianna (2020), a agricultura familiar tem perdido força. O autor investigou as transformações do espaço rural de Seropédica, no estado do Rio de Janeiro, e concluiu que o território tem sofrido um enfraquecimento das atividades voltadas à agricultura familiar desde o final da década de 1990, devido aos impactos de outras atividades econômicas das regiões vizinhas. Muitos agricultores familiares desistiram da atividade agrícola, apesar de contar com um polo de produção de conhecimento em agropecuária, pesquisa e extensão rural, que apoia os grupos familiares, principalmente devido à presença da UFRRJ.

Ainda sobre a pesquisa de Vianna (2020), foram realizadas entrevistas com agricultores locais nos anos de 2015 e 2016 para analisar o enfraquecimento das associações em Seropédica. O trabalho concluiu que eles não têm incentivos para produzir, o que inclui o crédito. Em um dos relatos, um agricultor local com mais de 28 anos de produção afirmou que o esvaziamento se deve ao “endividamento dos agricultores que perderam suas terras para agiotas” (VIANA, 2017, p. 12), ou seja, para intermediários financeiros que não estão no sistema de crédito nacional formal.

De fato, estatísticas do Censo Agropecuário de 2017 mostraram que o município de Seropédica (RJ) possuía 444 estabelecimentos agropecuários, dos quais 411 eram produtores individuais (IBGE, 2017), mas 96% nunca tiveram acesso a empréstimos e financiamentos. Muitos desses agricultores estão semanalmente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), oferecendo seus produtos na Feira da Agricultura Familiar (FAF-UFRRJ), que busca promover a sinergia entre a comunidade acadêmica e a agricultura familiar no entorno do campus da UFRRJ, gerando renda, inclusão social

e acesso a alimentos produzidos localmente em bases agroecológicas (BILHEIRO; MELLO; MAJEROWICZ; GALDINO; DIAS, 2020).

Metodologia

A presente pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa, foi utilizada a metodologia quantitativa e, como estratégia de levantamento de dados, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com todos os produtores da Feira da Agricultura Familiar (FAF) durante o período da pesquisa. Na segunda etapa, a metodologia utilizada foi a qualitativa, com a mesma estratégia de levantamento de dados (entrevista individual), mas sem a aplicação de um questionário específico, a fim de obter informações de maneira mais livre, sem que as respostas estivessem condicionadas a um padrão (MANZINI, 2004).

Na pesquisa qualitativa, ao contrário da quantitativa, o número de entrevistados não é relevante, pois a finalidade real da pesquisa qualitativa é explorar o espectro de opiniões e diferentes representações sobre o assunto. Para Gaskell (2002), o ponto de partida para a utilização deste método é o pressuposto de que o mundo social é construído por pessoas em suas vidas cotidianas, de modo natural. Assim, a entrevista qualitativa fornece dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e suas situações.

Na primeira etapa, foram aplicados dois questionários, com dez perguntas cada. O primeiro questionário abordou os temas “Educação e Organização Financeira”. Já o segundo questionário teve como foco a “Concessão de Crédito Agrário”. Em todas as vinte perguntas, foram oferecidas três opções de respostas, com o objetivo de coletar estatísticas sobre o conhecimento que os produtores tinham a respeito dos temas.

A primeira etapa foi realizada nos dias 07/06/2023, 21/06/2023 e 28/06/2023, de forma presencial, no local da feira, que funciona todas as quartas-feiras no interior do edifício principal da UFRRJ, em Seropédica. Todos os entrevistados assinaram um termo de consentimento para o uso dos dados para fins de pesquisa. Os dados serviram não apenas para a elaboração deste trabalho, mas também como subsídio para a criação de um curso de educação financeira, personalizado para os produtores da FAF.

Entre a primeira e a segunda etapas, foi oferecido o curso “Educação Financeira para Produtoras e Produtores Rurais da Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ” nos dias 12/07/2023, 19/07/2023 e 26/07/2023, todas as quartas-feiras, de forma presencial, após o término da feira, no mesmo edifício da feira, a fim de potencializar a presença dos produtores. Além deles, como convidados principais, o curso foi aberto a toda a comunidade acadêmica.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada exclusivamente com produtores que, em algum momento, recorreram ao sistema financeiro formal para obter

crédito subsidiado. Esses produtores foram identificados tanto na primeira etapa quanto durante a aplicação do curso. O objetivo foi compreender as experiências dos agricultores na obtenção de crédito subsidiado para a agricultura familiar.

Dentre todos os participantes, apenas três haviam procurado uma agência bancária para acessar o crédito subsidiado via PRONAF. Com esses três agricultores, foi realizada uma entrevista qualitativa no dia 21/02/2024, após a aprovação da Comissão de Ética da UFRRJ, por meio da Plataforma Brasil, com parecer número 6.643.678, apresentado no ato da submissão do trabalho à Revista Retratos de Assentamentos.

Resultados e Discussão

Os resultados estão apresentados de seguinte forma: inicialmente são relatados no item 4.1 as estatísticas dos questionários sobre Educação, Organização Financeira e Concessão de Crédito Agrário. Tais dados serviram de subsídio para a preparação e oferta do Projeto de Extensão “Educação Financeira para Produtoras e Produtores Rurais da Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ”, projeto este disposto no item 4.2. E por fim, no item 4.3, estão apresentadas as análises da pesquisa qualitativa, das entrevistas feitas aos três produtores da FAF, que aconteceram após o término do projeto.

Primeira Etapa: Educação, Organização Financeira e Concessão de Crédito Agrário

Os resultados das 10 perguntas da primeira etapa estão na Tabela 2. Como destaque das respostas, tem-se: na pergunta 1, “Como você autoavalia a sua organização com o dinheiro?”, 50% dos entrevistados se declararam “pouco organizados”; 41,7% se consideraram “bem organizados” e o restante não soube avaliar. O resultado mostra um grupo bastante heterogêneo, pelo menos na autoavaliação. Na pergunta 2, “Como você avalia o orçamento mensal da sua casa?”, observou-se que exatamente metade dos entrevistados consegue poupar todo mês, um número bastante positivo.

Interessante notar na pergunta 3, “Como você autoavalia a sua evolução na organização com o dinheiro desde que iniciou a sua produção agrícola?”, que quase toda a amostra, 91,7%, afirma ter melhorado a organização financeira desde que iniciou a sua produção agrícola. Já na pergunta 4, “Qual o percentual da sua renda advém da sua atividade de produção agrícola?”, a grande maioria (75,0%) tem na produção agrícola a sua principal fonte de renda.

As perguntas seguintes, de número 5 a 9, buscaram entender como os produtores separaram os recursos próprios dos negócios. Na pergunta 5, “Você consegue separar os recursos financeiros pessoais da sua produção agrícola?”, 50,0% afirmaram que não conseguem, embora saibam relativamente bem

discriminar os custos fixos dos custos variáveis das despesas de casa e dos negócios, como mostram as respostas das perguntas 7 e 8. Na pergunta 9, “Entre administrar os recursos pessoais e os da produção agrícola, o que é mais fácil para você?”, os produtores parecem estar bem divididos entre administrar os recursos pessoais e os da produção agrícola, e 23,1% não souberam avaliar.

Por fim, apesar de serem unidos por uma associação, a pergunta 10 revela que os entrevistados demonstram maior facilidade em tomar decisões referentes à produção agrícola de forma individual, em vez de coletiva.

Tabela 2 - Roteiro e Resumo dos Resultados – Parte I.

1. Como você autoavalia a sua organização com o dinheiro?					
41,7%	Bem-organizado(a);	50,0%	Pouco organizado(a);	8,3%	Não sei avaliar.
2. Como você avalia o orçamento mensal da sua casa?					
8,3%	O dinheiro não é suficiente para pagar as contas;	41,7%	Gasto exatamente tudo que ganho;	50,0%	Conseguo poupar todo mês.
3. Como você avalia a sua evolução da organização financeira desde que iniciou a produção?					
91,7%	Melhorou;	0,0%	Piorou;	8,3%	Nada mudou.
4. Qual o percentual da sua renda advém da sua atividade de produção agrícola?					
75,0%	Vem toda da produção agrícola;	25,0%	Menos da metade;	0,0%	Não sei avaliar.
5. Você consegue separar os recursos financeiros pessoais da sua produção agrícola?					
33,3%	Sim, de forma satisfatória;	16,7%	Tento, mas sinto que não consigo;	50,0%	Não.
6. Você possui contas bancárias diferentes para uso pessoal da produção agrícola?					
33,3%	Sim;	0,0%	Sim, mesmo assim não consigo separar os recursos;	66,7%	Não.
7. Você diferenciar a proporção entre os seus custos fixos e variáveis da sua vida pessoal?					
75,0%	Os custos fixos são maiores;	8,3%	Os custos variáveis são maiores;	16,7%	Não sei avaliar.
8. Você diferenciar a proporção entre os seus custos fixos e variáveis da sua produção?					
41,7%	Os custos fixos são maiores;	41,7%	Os custos variáveis são maiores;	16,7%	Não sei avaliar.
9. Entre administrar os recursos pessoais e da produção agrícola, o que é mais fácil para você?					
38,5%	Administrar os recursos pessoais;	38,5%	Administrar do meu empreendimento;	23,1%	Não sei avaliar.
10. O que é mais fácil quanto a tomada de decisões quanto à sua produção agrícola?					
76,9%	Tomar decisões individuais;	23,1%	Tomar decisões da cooperativa;	0,0%	Não sei avaliar.

Fonte: Os Autores.

Além das perguntas com as opções de resposta, foi perguntada a produção de cada participante. O resultado está na Figura 1, que destaca a produção de frutas, sobretudo a laranja, limão e banana; e hortaliças.

Figura 1 - Produção Principal Declarada pelos Produtores.



Fonte: Os Autores.

No segundo grupo de perguntas, descritas na Tabela 3, sobre Concessão de Crédito Agrário, destacam-se as seguintes perguntas: **11** "Você já recorreu a alguma instituição financeira para contrair algum tipo de empréstimo?" 66,7% nunca procuraram crédito bancário. Um quarto deles busca crédito ocasionalmente e os demais, 8,3%, sempre buscam. Aos que já buscaram crédito, foi aplicada a **12** questão: "Se a resposta à questão anterior foi 'sim', qual foi a finalidade do empréstimo?" 40,0% buscaram para uso pessoal (comprar carro e reforma da casa) e 60,0% deles para financiar a produção agrícola.

Importante notar que nenhum deles recorreu a empréstimos em instituições "não bancárias", como mostra a pergunta **13**: "Você já contraiu empréstimo por uma 'instituição' não bancária?". No entanto, curiosamente, 15,4% têm dívida com amigos/familiares, em resposta à pergunta **14**: "Neste momento, você tem alguma dívida?".

A pergunta **16**: "Se você conseguisse um empréstimo hoje de R\$ 10 mil, você saberia o que faria?" mostra que quase metade não pegaria o empréstimo. Especificamente sobre o PRONAF, a pergunta **17**: "Você já conhece o PRONAF?" revela que 58,3% afirmam conhecer, contra 8,3% que nunca haviam ouvido falar.

Quando mencionado a oferta de um curso de educação financeira para os produtores da FAF-UFRRJ, na última pergunta (**20.**), apenas 16,7% responderam

não ter interesse por acreditarem que não precisam ou por falta de tempo. Os demais mostraram bastante interesse e entusiasmo. No entanto, a frequência dos produtores do curso foi bem abaixo do esperado.

Tabela 3 - Roteiro e Resumo dos Resultados – Parte II.

11. Você já recorreu a alguma instituição financeira para contrair algum empréstimo?					
8,3%	Sim, sempre;	25,0%	Sim, ocasionalmente;	66,7%	Não.
12. Se a resposta a questão anterior foi "sim", qual foi a finalidade do empréstimo?					
40,0%	Sim, para uso pessoal;	60,0%	Sim, para uso nos negócios;	0,0%	Não faço distinção.
13. Você já contraiu empréstimo por uma “instituição” não bancária?					
0,0%	Sim, sempre;	0,0%	Sim, ocasionalmente;	100,0%	Não.
14. Neste momento, você tem alguma dívida?					
46,2%	Não;	38,5%	Sim, com o banco;	15,4%	Sim, com amigos/familiares.
15. Se sim, você avalia que tem a dívida sob controle?					
100,0%	Sim;	0,0%	Não;	0,0%	Não sei avaliar.
16. Se você conseguisse um empréstimo hoje de R\$ 10 mil, você sabe o que faria?					
0,0%	Sim, para uso pessoal ou do meu empreendimento;	55,6%	Sim, apenas para um dos dois;	44,4%	Não pegaria empréstimo.
17. Você já conhece o PRONAF?					
58,3%	Sim;	33,3%	Já ouvi falar, mas não conheço bem.	8,3%	Não.
18. Você conhece a taxa de juros chamada SELIC?					
33,3%	Sim;	41,7%	Já ouvi falar, mas não conheço bem.	25,0%	Não.
19. Você já buscou ajuda / orientação financeira para se organizar?					
8,3%	Sim, através de material em livros/internet;	50,0%	Sim, através de amigos/familiares/Ouros;	41,7%	Não.
20. Você tem interesse em participar de um minicurso de Educação Financeira?					
58,3%	Sim, acho que vai ajudar;	25,0%	Talvez;	16,7%	Não.

Fonte: Os Autores.

Desta primeira etapa da pesquisa é possível concluir que se trata de um grupo heterogêneo quando o tema é educação e organização financeira. A maior dificuldade do grupo é separar os recursos pessoais dos recursos do empreendimento, o que é perfeitamente coerente, dado que se trata de agricultura familiar e que a grande maioria tem na produção agrícola, a fonte de renda principal. Apesar disso, os agricultores, de uma forma geral, têm ótimos indicadores: são poupadores e os poucos que têm dívidas, as consideram sob controle.

A pouca busca por crédito pela maioria dos produtores também explica o porquê apenas um pouco mais da metade conhece o PRONAF e da taxa de juros SELIC. Quase a metade nunca buscou orientação financeira e por isso, embora eles sejam assistidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) local, que dentre outros, os orienta sobre concessão de crédito, um curso de educação financeira certamente poderia ajudá-los na organização e trato com o dinheiro, possibilitando mostrar-lhes as informações completas sobre a disponibilidade de obter-se crédito bancários com condições subsidiadas pelo Governo para a agricultura familiar, caso eles precisem para impulsionar a produção.

O Projeto de Extensão: construção e realização

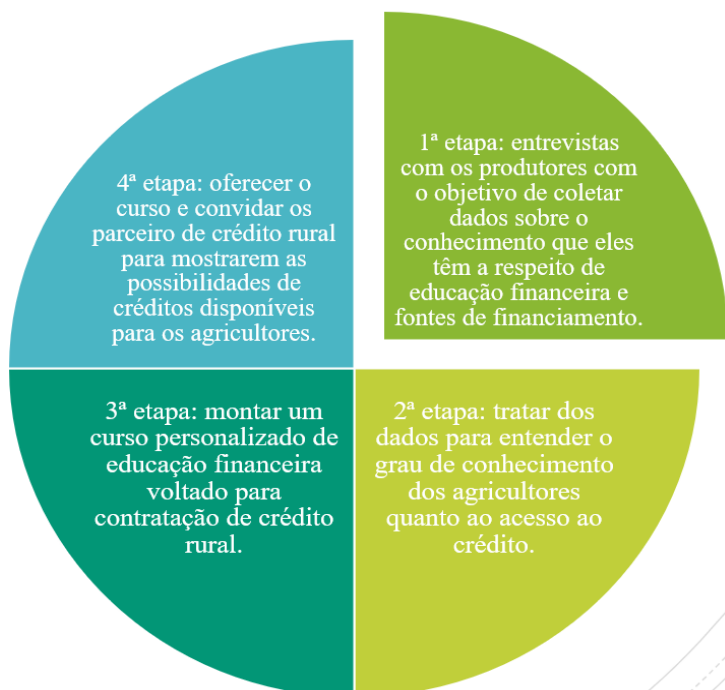
O objetivo geral do Projeto de Extensão foi instruir o grupo de produtores rurais do município de Seropédica que atuam na FAF sobre educação financeira e crédito bancário com condições subsidiadas pelo Governo para a agricultura familiar, caso precisem para impulsionar a atividade agroecológica. Pela Associação da FAF, há aproximadamente quarenta associados. No entanto, no período desta pesquisa, menos da metade frequentava a feira.

Os objetivos específicos do Projeto de Extensão foram: i) Entender a magnitude e a qualidade do conhecimento dos produtores sobre o tema “concessão de crédito via sistema financeiro nacional para a agricultura”; ii) Apresentar as linhas de crédito disponíveis no sistema financeiro nacional para a agricultura familiar que se adequem ao tamanho da necessidade dos produtores rurais, caso precisem para impulsionar a atividade; iii) Orientar os produtores sobre a necessidade e o uso consciente e produtivo do empréstimo, através de consultorias dadas pelos professores e estudantes da pós-graduação em Economia; e iv) Intermediar os produtores que receberam o curso e a consultoria ao sistema financeiro, por meio de parceria com a agência do Banco do Brasil situada dentro da UFRRJ e outras cooperativas de crédito rural locais.

Todos os produtores participantes do projeto têm: apoio da EMATER local, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e/ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e atuam na Feira de Agricultura Familiar da UFRRJ.

A expectativa era que os produtores adquirissem a capacidade de administrar seus próprios recursos financeiros provenientes da comercialização de seus produtos e, caso necessário, tivessem informações completas sobre a disponibilidade de obter crédito bancário com condições subsidiadas pelo Governo para a agricultura familiar. O curso foi desenhado em 4 etapas, como mostra a Figura 2.

Figura 2 - Etapas do Educação Financeira para Produtoras e Produtores Rurais da Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ.



Fonte: Os Autores.

Passadas às três primeiras etapas, isto é, coleta de dados, tratamento deles e a confecção do curso, desenvolvimento pelo departamento de Economia da UFRRJ de Seropédica, e oferecido depois de uma ampla divulgação, feito por meio eletrônico (em redes sociais da UFRRJ), e de forma física, quando foram impressos os convites abaixo, ilustrados na Figura 3³. O convite da esquerda foi o principal, onde mostrava todos os dias, horário e local do curso. O convite da direita foi feito exclusivamente para o dia 26/07/2023, onde foi ofertado uma mesa redonda com os principais agentes de crédito locais, a saber: o Banco do Brasil, o banco Sicoob e a EMATER, que facilita a documentação para os agricultores adquirirem crédito no sistema financeiro.

³Os nomes dos convidados foram omitidos no ato da submissão à Revista Retratos de Assentamentos

Figura 3 - Convites para o Projeto de Extensão.



Fonte: Os Autores.

Como resultado do projeto de extensão, tem-se que a participação dos produtores foi bem abaixo do esperado. A ausência da grande maioria foi justificada pelo “cansaço”, dado que eles acordam muito cedo, e pelo “excesso de compromissos”. O dia com maior frequência foi o da mesa-redonda, que contou com o presidente da associação da FAF e outros agricultores, além da comunidade acadêmica composta por alunos de diversos cursos de graduação, pós-graduação, técnicos administrativos e professores.

Especialmente sobre a mesa-redonda, os agentes locais de crédito foram convidados a responder à pergunta: “Quais são os pré-requisitos para o produtor obter um crédito via PRONAF?”. Aqui, os presentes ouviram as apresentações dos convidados, expuseram as suas principais queixas e tiraram suas dúvidas. A participação dos produtores, embora pequena, foi decisiva para a continuidade da pesquisa, dados os relatos de dificuldades em acessar o crédito bancário.

Segunda Etapa: Fragilidades do Crédito Subsidiado para a Agricultura Familiar

Foram selecionados três produtores, identificados como Agente de Pesquisa A, B e C. Os anos que cada um dedica à produção agrícola e a finalidade do crédito está no Quadro 4. Os três têm em comum o fato de terem buscado o setor bancário para acessar o PRONAF e não terem tido êxito.

Quadro 4 - Resumo da Pesquisa.

Produtor	Anos Produzindo	Finalidade do Crédito
Agente de Pesquisa A (APA)	40	Trator
Agente de Pesquisa B (APB)	23	Custeio
Agente de Pesquisa C (APC)	14	Trator

Fonte: Elaboração própria.

O APA é produtor há 40 anos, e suas últimas duas tentativas de obtenção de crédito foram em 2017 e 2019, na agência do Banco do Brasil que funciona dentro da Universidade, no mesmo prédio onde a feira acontece. Em ambas as tentativas, o agricultor não teve sucesso. Em seu relato, ele disse que sempre foi muito bem recebido na agência bancária, mas que, na sua primeira visita, teve a percepção de que a instituição não estava preparada para atender os agricultores de Seropédica, cuja produção é baseada em frutas e hortaliças. Ele foi atendido por um agente de crédito que já havia trabalhado com crédito agrário no Estado de Minas Gerais e explicou sobre o crédito destinado à produção bovina e à cultura do café. Depois de ouvir o agente de crédito, ele apresentou todas as informações que possuía sobre sua produção, inclusive a então Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), que foi substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) em 2022. Ele apresentou todos os certificados de produtor e a comprovação de que a própria prefeitura compra seus produtos, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, a barreira que impediu a concessão do crédito foi o fato de não possuir os documentos que comprovam que a terra onde ele produz está em seu nome. Isso o fez questionar: “Então, não sou produtor?”.

A barreira que impediu o APA de conseguir o crédito foi a mesma enfrentada pelos produtores APB e APC. O segundo produtor entrevistado, que produz há 23 anos, buscou a mesma agência do Banco do Brasil em 2019 para conseguir R\$ 2.000,00 para custeio, com o objetivo de pagar a mão de obra que o auxiliasse na colheita, mas não obteve sucesso por também não possuir os documentos da terra onde trabalha. O APC, um jovem de 22 anos, também procurou uma agência do Banco do Brasil, mas no município de Paracambi-RJ. A demanda dele e do irmão, que também é produtor, era para financiar uma máquina agrícola. Eles também não têm os documentos da terra que pertencia ao falecido avô, que também era produtor.

Os agricultores têm ciência da necessidade de regularizar as terras, e dois deles, o APA e o APB, estão inseridos no projeto em parceria com a UFRRJ e o

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que tem como objetivo a regularização fundiária.

Quanto à obtenção de um trator para facilitar a produção, eles buscam alternativas, alugando um quando necessário, o que acaba aumentando muito os custos de produção. Os três também têm conhecimento de que a prefeitura pode fornecer uma máquina, mas que, na prática, eles apenas são cadastrados para receber o benefício do programa, porém o trator nunca chega.

Uma alternativa poderia ser utilizar os recursos do fundo que a FAF possui, mas os produtores alegam que esse fundo não é muito grande e é usado basicamente para adquirir as tendas utilizadas na feira. Além disso, o APB mencionou que os agricultores produzem em diferentes municípios, o que inviabiliza a locomoção do trator pelas vias rodoviárias. Eles teriam que pagar um caminhão para transportar o trator, aumentando ainda mais os custos de produção.

Conclusões

A agricultura familiar desempenha um papel crucial na economia rural e no abastecimento alimentar do Brasil, justificando o apoio de políticas públicas, como o PRONAF, que oferecem crédito subsidiado. Este estudo, derivado de um Projeto de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), buscou não apenas educação financeira como meio de fortalecer a autonomia econômica dos produtores, mas também investigar as fragilidades do crédito subsidiado para agricultores familiares.

A pesquisa foi conduzida em duas etapas, empregando metodologias quantitativas e qualitativas. A primeira etapa revelou um grupo de agricultores familiares heterogêneo em relação ao conhecimento financeiro, destacando tanto a falta de familiaridade com o crédito subsidiado quanto a relativa disciplina na gestão de dívidas pessoais e empresariais. Esse dado reforça a importância do curso de educação financeira oferecido, pois, embora alguns produtores estejam familiarizados com práticas financeiras básicas, a maioria desconhece o potencial dos recursos financeiros disponíveis no sistema formal de crédito.

Na segunda etapa, as entrevistas qualitativas com os agricultores que buscaram o crédito subsidiado evidenciaram obstáculos práticos, principalmente a dificuldade de atender aos requisitos de garantias exigidos pelos bancos. Esse ponto sugere que, apesar da relevância do PRONAF, a burocracia e as exigências de documentação, como a comprovação de posse da terra, ainda representam grandes barreiras para os pequenos produtores. Adicionalmente, a falta de preparo de alguns agentes bancários, que muitas vezes desconhecem as especificidades da agricultura familiar, dificulta ainda mais o acesso ao crédito.

Os resultados indicam que, para que o PRONAF seja realmente acessível e eficaz, é necessário não apenas revisar os requisitos de concessão de crédito,

tornando-os mais alinhados às realidades dos agricultores familiares, mas também capacitar os agentes bancários para que compreendam melhor as demandas desse grupo. Além disso, a continuidade e expansão de programas de educação financeira podem melhorar significativamente a autonomia dos agricultores na gestão de recursos, incentivando uma cultura de planejamento financeiro e a busca por investimentos estratégicos.

As limitações deste trabalho podem ser identificadas em diferentes aspectos, como o tamanho da amostra e o curto período da pesquisa. No entanto, essas limitações não invalidam os resultados do estudo. Futuramente, recomenda-se a realização de estudos que acompanhem os impactos de longo prazo dos cursos de educação financeira no comportamento financeiro dos agricultores e a criação de parcerias para desenvolver linhas de crédito personalizadas. Dessa forma, será possível transformar o crédito subsidiado em um verdadeiro motor de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar.

Agradecimentos

Aos Produtoras e Produtores Rurais da Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ.

À UFRRJ pelo seu essencial compromisso com os projetos de extensão dedicados aos produtores rurais, promovendo uma valiosa interdisciplinaridade entre os diferentes cursos de graduação e programas de pós-graduação.

E, por fim, a toda a comunidade acadêmica e sociedade que participaram, direta ou indiretamente, do Projeto.

Referências

ARAUJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Análise dos impactos do Pronaf na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016**. Texto para discussão IPEA (No. 2412) 2018.

BACCARIN, J. G.; DE OLIVEIRA, J. A. Uma avaliação da distribuição do PRONAF entre as regiões geográficas do Brasil. **Grifos**, v. 30, n. 51, p. 114-140, 2021.

BELIK, W.. O financiamento da agropecuária brasileira no período recente. **Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada IPEA**, 2015.

BILHEIRO, L. C. R.; MELLO, G. A. B.; MAJEROWICZ, N.; GALDINO, D. D. A. Feira da agricultura familiar na UFRRJ: resgate da cultura local, diversidade alimentar e produtiva. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

BRASIL. **Casa Civil da Presidência da República**. (2006). Lei nº 11326. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e

Empreendimentos Familiares Rurais. Recuperado em 6 de junho de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm

BÜTTENBENDER, P. L.; BERKMANN, B. A.; SPAREMBERGER, A. Cooperativismo e Crédito Rural da Agricultura Familiar como Fomento ao Desenvolvimento Sustentável: um estudo de uma cooperativa de interação solidária. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 330–347, 2022. DOI: 10.48075/igepec.v26il.26936.

CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; SCHNEIDER, S.. A abordagem do Não-Recurso a políticas públicas: o caso do crédito rural para a agricultura familiar. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 7, n. 2, p. 48-67, 2020.

CHADDAD, F. R.; LAZZARINI, S. G. Relações contratuais de crédito agrícola e o papel dos agentes financeiros privados: teoria e evidências dos EUA. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 41, p. 29-52, 2003.

CNA - Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil. Guia do Crédito Rural. 2018. **Guia do Crédito Rural**. Acesso em 18 de outubro de 2023. Disponível em <https://www.cnabrazil.org.br/publicacoes/guia-do-credito-rural>

FIANI, R. Teoria dos custos de transação. In KUPFER, D.; HASENCVLEVER, L. (Orgs). **Economia Industrial Fundamentos Teóricos e Práticos no Brasil**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2002.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, cap.3.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo **agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE. <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, v. 2, p. 58-59, 2004.

MENDONÇA, L. B.; FRATA, L. H.; CARDOSO, R. C.; ISIDORO, C. P. F.; IKEFUTI, C. V. Crédito rural e agricultura familiar: sua importância para o desenvolvimento do setor agrícola: Rural credit and family agriculture: their importance for the development of the agricultural sector. **Brazilian Journal of Business**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 1431–1446, 2022. DOI: 10.34140/bjbv4n3-024.

PRETTO, J. M.; HORN, C. H. V. Uma avaliação do PRONAF no período 1995-2018. **Colóquio (Taquara): revista das Faculdades de Taquara**. Vol. 17, no. 1 (jan./mar. 2020), p. 35-39, 2020.

SANTANA, G. R.; DA SILVA ANDRADE, H. M. L.; ANDRADE, L. P. Agroecologia e agricultura familiar sustentável: percursos e estratégias para transição. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 12, n. 1, p. 55-72, 2023.

SANTOS, C.A. dos. **Produção de brássicas na Região Serrana do Rio de Janeiro: relação entre atributos de solo, práticas de manejo, hérnia das crucíferas e contaminação por metais**. 2020. 104p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

SILVA, S. P.; CIRÍACO, J. da S. **Análise do efeito do Pronaf sobre a renda de agricultores familiares no meio rural nordestino**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília - Rio de Janeiro: Ipea. 2022.

TENCHINI, F. P.; FREITAS, C. O. (2024). Agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro: desenvolvimento regional sustentável e sua relação com o crédito via PRONAF. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 62(2), e266755. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.266755>

VARIAN, Hal. **Microeconomia princípios básicos**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

VIANNA, M. A. **A Agricultura Familiar em Seropédica-RJ: Gestão Social, Participação e Articulação dos Atores do Polo de Conhecimento Local em Agropecuária**. Tese de Doutorado, PPGECTIA/UFRRJ. Seropédica, 2017.